



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areal, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	RA nº 16/2017 e Ato TRT GP nº 146/2017
Data de instalação	8/5/2017
Data da última correição	18 de agosto de 2023
Período de correicionado	1º/8/2023 a 31/8/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aos 12 de setembro de 2024, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 028/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira, pelos servidores Aryoswaldo José Brito Espínola e Vinicius Gomes Mota foram recebidos pela Juíza titular, Joliete Melo Rodrigues Honorato, pelo Juiz substituto fixo, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira, pela Diretora de Secretaria, Talita Simões Leão e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/8/2023 a 31/8/2024 (13 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Joliete Melo Rodrigues Honorato	21/6/2021 - Ato TRT SGP nº 120/2021

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	29/7/2024 - Ato TRT SCR nº 062/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Magistrada, Adriana Lemes Fernandes Maracajá Coutinho, atuou como Juíza substituta fixa, na Unidade correicionada, até o dia 28 de julho do corrente ano quando foi removida para a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa, por meio do Ato TRT SCR nº 062/2024.

1.2 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular, do Magistrado substituto e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Denise Wortmann Clerot	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	11/8/2021
Givanilson Alves da Silva	Calculista	8/5/2017
Joel Vieira de Alvarenga	Assistente III	20/1/2019
Karla Patricia A. de Araujo	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	8/7/2019
Luiz Carlos Moreira O. Junior	Técnico Judiciário – Assistente III	8/5/2017
Napoleão Ramos de B. Segundo	Calculista	21/6/2017
Paula Reuter de O. Guerra	Técnico Judiciário – Assistente III	27/7/2023
Rafael Galdino Maia	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	14/8/2023
Rubens Augusto Barbosa Paiva	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	8/5/2017
Sonia Elizabete de Melo	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	8/5/2017
Talita Simões Leão	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	9/1/2023
Tania Ramos Araujo Pinheiro	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	14/8/2024

A Unidade adota a divisão de tarefas por faixa processual, na fase de conhecimento e cumprimento de sentença, no sistema PJe, conforme informações fornecidas pela Diretora de Secretaria. Informou, ainda, que a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ferramenta WIKI-VT foi apresentada a todos os servidores e orientada a utilização para visualização de fluxos do processo. Por último, relatou as boas práticas adotadas na Unidade Judiciária, abaixo relacionadas:

a) a Unidade judiciária procede à inclusão em pautas de conciliação de processos da fase de cumprimento de sentença, principalmente aqueles com pedidos de parcelamento e minutas de acordo;

b) prolata sentenças de forma líquida, a fim de diminuir o tempo médio de duração do processo;

c) utiliza Gigs em todas as atividades e procede ao monitoramento semanal de eventuais processos sem indicação de prazo, a fim de sanar eventuais falhas;

d) utiliza o Pje Gestão para identificar inconsistências e pendências, a exemplo de tutelas e incidentes, processos sem movimentação e partes sem documentos;

e) confere especial atenção aos processos na fase de conhecimento, considerando-se o volume dos pendentes de baixa na referida fase, concentrando esforços para acompanhamento dos processos fora de pauta em virtude de designação de perícias, bem como, após a prolação de sentença;

f) busca reduzir o prazo de realização de atividades a fim de agilizar o encerramento da fase, sejam as baixas em virtude de subida dos autos ao TRT, seja pelo início da fase de cumprimento de sentença.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão e Hórus)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 31/8/2024, um acervo processual de 1323 processos:



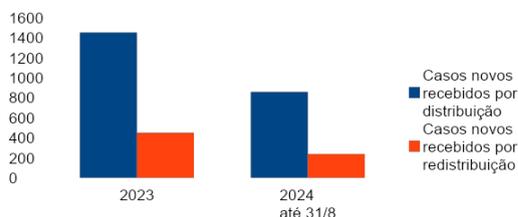
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	647
Fase de Liquidação	109
Fase de execução	560
Cartas precatórias e de ordem	7
TOTAL	1323

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 31/8
Casos novos recebidos por distribuição	1449	857
Casos novos recebidos por redistribuição	449	236
TOTAL	1898	1093



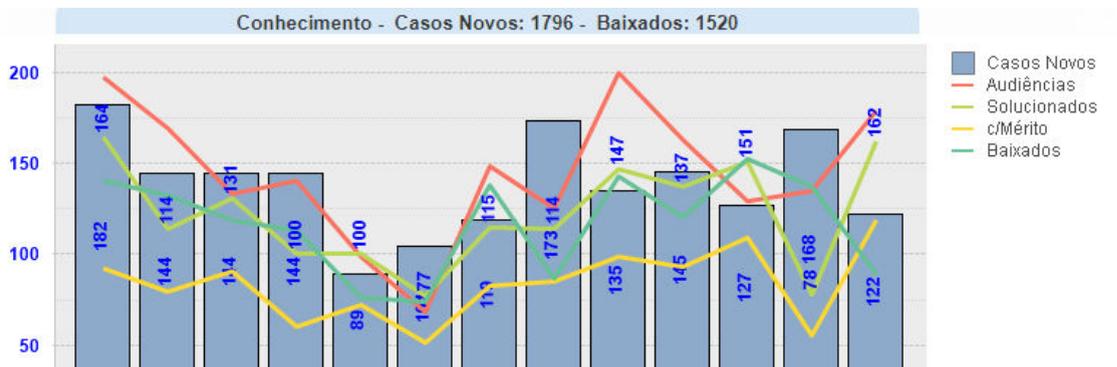
No período correicionado, houve registro de sete processos recebidos com sentença anulada, pela instância superior, abaixo relacionados.

Sentenças anuladas
0000261-69.2023.5.13.0034
0000327-49.2023.5.13.0034
0000916-38.2022.5.13.0014
0001109-34..2023.5.13.0009
0001391-75.2023.5.13.0008
0001500-71.2023.5.13.0014
0000262-80.2024.5.13.0014



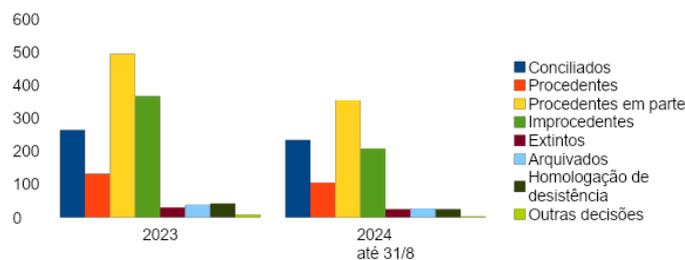
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (agosto/23 a agosto/2024).



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/8
Conciliados	264	234
Procedentes	132	105
Procedentes em parte	494	354
Improcedentes	366	208
Extintos	30	25
Arquivados	38	27
Homologação de desistência	42	25
Outras decisões	9	3
TOTAL	1375	981



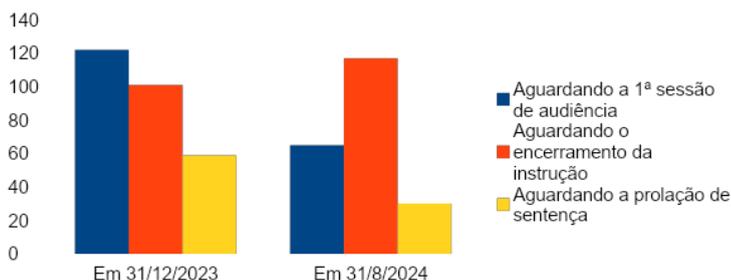


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 31/8/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	122	65
Aguardando o encerramento da instrução	101	117
Aguardando a prolação de sentença	59	30
TOTAL	282	212



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 31/8	Variação (%)
Fase de conhecimento	748	647	-13,50%
Fase de liquidação	137	109	-20,44%
Fase de execução	542	560	3,32%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	-	2	1	3	-
Conciliação em conhecimento	22	30	50	32	2
Conciliação em Execução	9	9	20	19	5
Una	326	291	369	371	52
Instrução	26	48	23	30	18

De acordo com informações fornecidas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira. Às sextas-feiras, ocorrem eventualmente audiências, quando há adiamentos, instruções complexas e pautas extras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
8/23	164	243	190	194	168	197	236	199,16
9/23	168	191	161	144	170	169	245	179,83
10/23	132	137	135	161	146	133	219	155
11/12	142	219	170	158	166	140	221	179,33
12/23	100	118	80	143	132	99	157	121,66
1/24	42	51	30	137	23	68	38	53,5
2/24	111	120	91	211	90	148	142	127,5
3/24	100	141	194	195	128	125	91	141,5
4/24	149	201	153	306	219	200	193	203,5
5/24	208	228	158	183	165	163	216	193



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
8/23	164	243	190	194	168	197	236	199,16
9/23	168	191	161	144	170	169	245	179,83
6/24	111	146	155	187	143	129	87	138,16
7/24	111	176	159	184	148	135	152	155
8/24	138	181	148	188	136	179	192	163,8
TOTAL	1676	2152	1824	2391	1834	1885	2189	2010,94

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 31/8
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	27	32
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	44	31
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	70	61
Da conclusão à prolação da sentença	12	17
Do ajuizamento até a prolação da sentença	76	76

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 31/8
Embargos de declaração	Recebidos	309	215
	Baixados	308	208
	Pendentes	13	20
Tutela Provisórias	Recebidos	103	87
	Apreciadas	95	87
	Pendentes	2	1
Liquidação/ Execução	Recebidos	53	30
	Baixados	45	28
	Pendentes	5	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/8/2023 a 31/8/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	1043	998	36
Recurso adesivo	82	83	1
Agravo de petição	73	66	3
Total	1198	1147	40

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **70** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **88** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **79** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/8** é de **69** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **92** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **81** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **76** dias, tanto para o ano base de **2023** e como para o corrente ano,

até **31 de agosto**. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **254** dias, e de **285** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de agosto**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

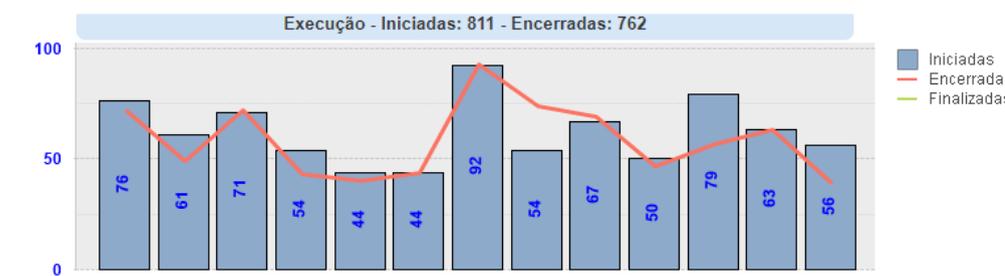
Item	2023	2024 até 31/8
Execuções pendentes	452	57
Execuções iniciadas	659	505
Desarquivados	115	51



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Recebidos de outros Órgãos	2	2
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	587	486
Remetidos a outros Órgãos	3	1
Processos arquivados provisoriamente	17	-
	57	6

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (agosto/23 a agosto/2024).



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/8
Acordo	PJe	R\$ 5.536.869,15	R\$ 4.646.876,12
Espontâneo	PJe	R\$ 3.609.040,88	R\$ 4.558.277,39
Execução	PJe	R\$ 5.505.182,83	R\$ 2.462.880,06
TOTAL		R\$ 14.651.092,86	R\$ 11.668.033,57

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/8
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 483.785,73	R\$ 344.886,50
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.016.403,77	R\$ 1.335.965,95
Imposto de renda	PJe	R\$ 68.593,13	R\$ 99.640,61
TOTAL		R\$ 2.568.782,63	R\$ 1.780.493,06



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/8/2023 a 31/8/2004		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	1182
INFOJUD	PJe	239
SIMBA	PJe	-
INFOSEG	PJe	9
RENAJUD	PJe	235
BNDT	Pendentes (PJe)	45
	Incluídos (PJe)	218

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	94,53%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,74%
Unidade Correicionada	102,21%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **857** casos novos (por distribuição) e **926** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 102,21%.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38% da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,07% da Meta
	99,57% dos processos distribuídos até até 31/12/2021

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,12% da Meta 2
	99,62% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	107,53 da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	59,88% da Meta 3
	23,96% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	111,43% da Meta 3
	41,64% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	91,51% da Meta 3
	34,20% de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.	
Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	187,16%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	81,53%
Unidade Correicionada	108,33%

Indicadores									
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL		
2024-01	74	36	406	209	84,58	85,31	84,83		
2024-02	138	82	369	210	63,51	64,02	63,70		
2024-03	87	83	412	195	57,95	49,24	54,83		
2024-04	143	68	370	190	45,57	41,39	44,06		
2024-05	120	53	363	167	39,24	34,15	37,48		
2024-06	152	53	307	168	30,07	30,94	30,37		
2024-07	137	65	303	166	26,26	27,39	26,65		
2024-08	89	45	318	169	25,28	25,84	25,47		

JUÍZES

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiza Titular

JOLIETE MELO RODRIGUES HONORATO			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	5/11/2023 a 24/11/2023	20
Férias	SAOPje	15/7/2024 a 3/8/2024	20

12.1.1 Juíza Substituta

ADRIANA LEMES FERNANDES MARACAJÁ COUTINHO			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	6/10/2023 a 6/10/2023	1
Férias	SAOPje	8/10/2023 a 27/10/2023	20
Férias	SAOPje	23/6/2024 a 12/7/2024	20

12.1.2 Juiz Substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RODRIGO ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOPje	22/7/2024 a 10/8/2024	20

12.2 Audiências realizadas (1º/8/2023 a 31/8/2024) (Fonte: Hórus)

	Una	Enc. Inst/ Inq. test	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Adriano Mesquita Dantas	-	-	-	-	1	-	1
Rodrigo Anderson F. Oliveira 29/julho a agosto/2024	44	-	8	-	1	5	58
Joliete Melo R. Honorato	681	1	73	3	83	49	890
Ilina Maria Jurema M. C. de Sá	36	-	-	-	6	7	49
Adriana Lemes F. M. Coutinho ago/23 a julho/24	642	1	62	1	83	43	832
Karina Lima de Queiroz	16	-	2	-	-	-	18

12.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Joliete Melo Rodrigues Honorato	141	73	26	240
Mariana Petit Horácio de Brito	1	1	2	4
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	-	2	-	2
Adriana Lemes F. M. Coutinho ago/23 a julho/24	174	66	21	261
Luiz Jackson Miranda Junior	-	1	-	1

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Joliete Melo R. Honorato	194	119	222	186	3	22	19	28	793
Adriana Lemes F. M. Coutinho ago/23 a julho/24	126	16	329	186	-	11	12	11	691
Adriano Mesquita Dantas	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Ilina Maria Jurema M. Coutinho de Sá	6	1	6	6	-	1	-	-	20
Karina Lima de Queiroz	1	-	-	-	-	2	-	1	4
Rodrigo Anderson F. Oliveira	14	7	-	4	-	-	-	2	27

No período correicionado, a Juíza titular laborou 291 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,73 processos/dia. A então Juíza substituta fixa, Adriana Lemes F. Maracaja Coutinho, no período de agosto de 2023 a 28 de julho de 2024, laborou 260 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,66 processos/dia. O atual Juiz substituto fixo, Rodrigo Anderson F. Oliveira, no período de 29 de julho a 31 de agosto do corrente ano, laborou 21 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,29 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.2 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	750
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	637
Homologação da Transação Extrajudicial	136
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	23
Embargos de Terceiro Cível	21
Consignação em Pagamento	13
Ação Civil Coletiva	3
Mandado de Segurança Cível	2
Ação de Cumprimento	2
Produção Antecipada da Prova	1
Inquérito para Apuração de Falta Grave	1
Ação Civil Pública Cível	1

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	líquidas	Ilíquidas	%
Joliete Melo Rodrigues Honorato	289	42	87,31%
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho - ago/23 a julho/24	325	14	95,87%
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	6	-	85,71%
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	7	-	100%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Joliete Melo Rodrigues Honorato	792
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho - ago/23 a julho/24	691
Adriano Mesquita Dantas	13
Ilina Maria Jurema Maracaja Coutinho de Sá	20
Karina Lima de Queiroz	4
Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira	27

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 15 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Dias
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho - ago/23 a julho/24	16
Joliete Melo Rodrigues Honorato	15

16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório em novembro de 2023, tendo o Juiz titular da unidade correicionada respondido em 1º de dezembro, destacando que a Unidade apresenta bons prazos médios na fase de conhecimento, no entanto, enfrenta dificuldades relacionadas ao volume de processos que demandam a realização de prova pericial, o que dificulta o cumprimento da Meta 1, além disso, quanto à Meta 3, um grande número de ações ajuizadas tem a Alpargatas S.A. como parte reclamada, qual costuma não formalizar acordos na Justiça do Trabalho, o que prejudica o cumprimento da meta relativa aos acordos na fase de conhecimento. No que diz respeito às tarefas do PJe, esta Unidade empenha-se constantemente em cumprir os prazos legais e em organizar os processos através do sistema Gigs, com o objetivo de acelerar a prestação jurisdicional e otimizar as rotinas. Em relação ao BNDT, relata que tem se empenhado para corrigir eventuais falhas, destacando que parte dos processos identificados como pendências não deve ser considerada, especialmente em razão da recente orientação de remessa dos processos conciliados na fase de conhecimento para as fases de liquidação/execução, ressaltando que esses processos não devem ser incluídos no BNDT e que a Unidade realiza, periodicamente, a extração de relatórios para análise e adoção das medidas necessárias. Por fim, esclareceu que as eventuais falhas existentes no SISBAJUD foram sanadas, salientando que, nos casos de bloqueios com repetição (teimosinha), as ordens são desdobradas somente ao final, predominantemente, ocasionando o acúmulo de processos na lista de pendências de desdobramentos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correção -> Observatório Dashboard.

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre agosto de 2023 e agosto de 2024 - 13 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 2.014,94
Pagamento em favor de perito	R\$ 1.584,12
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 413.876,55
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 21.283,05
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 44.636,59
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 3.085,94
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 6.295,08
Total	R\$ 492.776,27

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

18. CAPACITAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, a Juíza titular, Joliete Melo Rodrigues Honorato e o Juiz substituto fixo, Rodrigo Anderson Ferreira Oliveira participaram de cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. Não houve a participação dos Juízes titular e substituto em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Magistrados	Descrição - 1º e 2º semestres
JOLIETE MELO RODRIGUES HONORATO	Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a
RODRIGO ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA	Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a Curso de Formação Continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital - 28/08 a 11/10

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
GIVANILSON ALVES DA SILVA	TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL TRT - PRECATÓRIOS DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE- REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
JOEL VIEIRA DE ALVARENGA	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP TRT - PROCESSOS COMUNICATIVOS, RELAÇÕES DE GÊNERO E AMBIENTE DE TRABALHO: OQUE DIZEM OS HOMENS? - TURMA 2 - CAMPINA GRANDE-PB - OFICINA / SEC. GERAL DA PRESIDÊNCIA
KARLA PATRICIA A. DE ARAUJO	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
LUIZ CARLOS M. OLIVEIRA JUNIOR	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP
NAPOLEÃO RAMOS DE B.SEGUNDO	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - PJE-CALC (BÁSICO): FERRAMENTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS - TURMA 2/2023 - REEDIÇÃO (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
PAULA R. DE OLIVEIRA GUERRA	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) /ENAP TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - ESTRESSE, QUALIDADE DE VIDA, SOFRIMENTO MENTAL E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO - OFICINA EM CAMPINA GRANDE-PB / CSAÚDE EM PARCERIA COM A E JUD 13a REGIÃO TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - AS SEIS COMPETÊNCIAS DO NEGOCIADOR DE EXCELÊNCIA -TURMA CAMPINA GRANDE-PB PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP
RAFAEL GALDINO MAIA	DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCEDIMENTOS / ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SERVIÇO PÚBLICO (TURMA DEZ/2023) /ENAP</p> <p>PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO - ORÇAMENTO IMPOSITIVO (TURMA DEZ/2023) /ENAP</p> <p>PORTUGUES INSTRUMENTAL / IF - INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</p> <p>ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS /INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - IF</p> <p>MARKETING PÚBLICO / INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - IF</p> <p>LIDERANÇA E TRABALHO EM EQUIPE / INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - IF</p> <p>LICITAÇÕES / IF - INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</p> <p>GOOGLE DRIVE / IF - INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL</p> <p>FINANÇAS PÚBLICAS / INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - IF</p> <p>ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO / IF - INSTITUTO FEDERAL RIO GRANDE DO SUL</p>
RUBENS A. BARBOSA PAIVA	<p>NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO / INTRA EAD CURSOS ONLINE</p> <p>TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICADO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
SONIA ELIZABETE DE MELO	<p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUN/2023) / ENAP</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP</p> <p>TRT - AS SEIS COMPETÊNCIAS DO NEGOCIADOR DE EXCELÊNCIA - TURMA CAMPINA GRANDE-PB</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</p>
TALITA SIMÕES LEÃO	<p>4º ENCONTRO VIRTUAL - LIDERANÇA DIGITAL PARA MULHERES /CEDUC-JT DO CSJT</p> <p>TRT - ACELERAÇÃO DE CARREIRA - LIDERANÇA FEMININA - TURMA CAMPINA GRANDE / CKZ DIVERSIDADE</p> <p>TRT - ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO /TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - AS SEIS COMPETÊNCIAS DO NEGOCIADOR DE EXCELÊNCIA - TURMA CAMPINA GRANDE-PB</p> <p>TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTO S NO TRABALHO A PARTIR DA</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) - TURMA 2 /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE- REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO / EJUD 13 EM PARCERIA COM A CSAUDE</p> <p>TRT - PJE-CALC (BÁSICO): FERRAMENTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS - TURMA 2/2023 - REEDIÇÃO (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC</p> <p>TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA / CURSO IN COMPANY</p> <p>TRT - RECICLAGEM DOS CONCILIADORES: CONCILIAR E MEDIAR NA JUSTIÇA DO TRABALHO - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>WEBINÁRIO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - AUD 4 / CSJT - CEDUC -</p>
TANIA RAMOS ARAUJO PINHEIRO	<p>EMAG CONTEUDISTA (TURMA MAI/2023) / ENAP</p> <p>TRT - ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: VAMOS FALAR SOBRE ISSO? - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados **57** processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do **Ato TRT13 SCR nº 110/2023**, havendo a prolação de **7** despachos correicionais no PJe.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

20. RECOMENDAÇÕES

20.1 Recomendações gerais

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de inclusão, em pautas de audiências de conciliação do que conclusão para decisão nos processos em que há pedido de parcelamento da execução, a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento (0000826-93.2023.5.13.0014);
- c) otimizar os serviços cartoriais com a utilização dos atos ordinatórios elencados no art. 12 da Consolidação dos Provimentos deste Regional;
- c) observar com mais atenção o prazo para pagamento estabelecido no art. 880 da CLT (0000318-16.2024.5.13.0014);
- d) observar com mais atenção que o cumprimento do disposto no art. 119 da Consolidação dos Provimentos da CGJT não dispensa a citação da parte reclamada, inclusive quando declarada a sua revelia, nos termos do art. 880 da CLT;
- d) abster-se de iniciar atos executórios contra titular de empresa individual sem o pronunciamento do juízo nesse sentido;
- e) orientar a equipe a observar com atenção o disposto no artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, evitando-se a tramitação simultânea dos autos principais e do cumprimento provisório de sentença na Unidade Judiciária (0000161-43.2024.5.13.0014);
- f) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe - BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS, como ocorrido no processo 0000290-69.2024.5.13.0007;
- g) nos termos do art. 133, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, acompanhar, regularmente, o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

relatório constante no SISBAJUD relativo aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes, evitando atraso das providências em casos de bloqueios de quantias;

h) orientar a equipe a observar o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, atentando, ainda, para o artigo 5º do Ato CGJT nº 001/2022, vez que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser precedidas de decisão específica no PJe, o que não ocorreu no processo 0000489-07.2023.5.13.0014, evitando-se, ainda, determinação judicial antes de decorrido o prazo legal com registro posterior, pela secretaria, de forma diversa do determinado anteriormente (ex: 0000406-88.2023.5.13.0014);

i) orientar a equipe a observar a correta conclusão no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado a cada situação, em cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, evitando-se a determinação por meio de despacho, como ocorrido no processo 0001249-53.2023.5.13.0014;

j) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais quando da remessa ao 2º grau, devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, evitando, ainda, o arquivamento definitivo dos autos sem o devido registro de pagamento dos honorários periciais, a exemplo do processo 0001144-76.2023.5.13.0014;

k) quando da expedição de ofícios RP/RPV no PEC, orientar a equipe a consignar o prazo para pagamento e realizar o pré-cadastro no sistema GPREC, evitando o ocorrido no processo 0000780-41.2022.5.13.0014;

l) quando da expedição de ofício precatório e RPV, observar o estabelecido nas Resoluções Administrativas 303/2019 do CNJ e 314//2021 do CSJT, para que sejam elaborados individualmente, por beneficiário, atentando para o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

lançamento do movimento de quitação no PJe, como também para o registro do pagamento no sistema GPPEC, evitando o ocorrido no processo 0000961-42.2022.5.13.0014;

m) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;

n) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;

o) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora enaltece o desempenho da 6ª Vara do Trabalho de Campina Grande em aprimorar a entrega da justiça, buscando alcançar os padrões de eficiência já estabelecidos por outras unidades judiciárias de porte semelhante.

Registra o cumprimento das Metas 2 (107,07%) e 5 (187,16%) do CNJ, ano base de 2023, pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado.

Observa, com grande satisfação, que, no ano-base de 2023, a Vara correicionada ocupou o 1º lugar entre as unidades de sua jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração dos processos na fase de conhecimento. No exercício atual, de janeiro a agosto, a Unidade vem se mantendo na 2ª colocação.

Noutro norte, chama a atenção para o tempo médio de duração do processo na fase de execução da Unidade correicionada que aumentou de 254 dias no ano de 2023 para 285 dias neste exercício de 2024 (janeiro a agosto). Dessa forma, recomenda a Corregedoria Regional que a unidade correicionada observe os



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021, procedendo-se à inclusão periódica de processos na fase de execução em pauta para realização de audiências de conciliação, com o objetivo de reduzir o tempo médio de duração do processo nessa fase.

De igual modo, a Corregedora registra que o índice de conciliação alcançado neste exercício, exatamente de janeiro até agosto (34,20%), encontra-se abaixo da média do Regional, pelo que incentiva a adoção de medidas mais efetivas voltadas à pacificação dos conflitos, para que, ao final deste ano, a Unidade alcance a Meta 3 do CNJ que ora se apresenta na ordem de 91,51%, não alcançada no exercício anterior (59,88%).

Ressalta-se, portanto, a importância da participação da magistrada titular, do Juiz substituto fixo e servidores em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho informar o cumprimento dos despachos e recomendações correicionais e querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023, com a devida comunicação à Corregedoria Regional. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO

Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO		
0001457-37.2023.5.13.0014	0001070-22.2023.5.13.0014	0000146-44.2024.5.13.0024
0001425-32.2023.5.13.0014	0000554-65.2024.5.13.0014	0000351-76.2024.5.13.0023
0000013-32.2024.5.13.0014	0000227-23.2024.5.13.0014	0000683-70.2024.5.13.0014
0001375-06.2023.5.13.0014	0001246-98.2023.5.13.0014	0000632-93.2023.5.13.0014
0000447-21.2024.5.13.0014	0000499-87.2024.5.13.0023	0000737-36.2024.5.13.0014
0001328-32.2023.5.13.0014	0000548-58.2024.5.13.0014	0000291-33.2024.5.13.0014
0000366-09.2023.5.13.0014	0001289-35.2023.5.13.0014	0001075-44.2023.5.13.0014
0000908-27.2023.5.13.0014	0001369-96.2023.5.13.0014	0000455-32.2023.5.13.0014
0001174-14.2023.5.13.0014	0000599-69.2024.5.13.0014	0000511-39.2022.5.13.0034
0000626-52.2024.5.13.0014	0000639-85.2023.5.13.0014	0000714-90.2024.5.13.0014
0000373-64.2024.5.13.0014	0000065-28.2024.5.13.0014	0000864-71.2024.5.13.0014
0001298-94.2023.5.13.0014	0000769-41.2024.5.13.0014	0000669-86.2024.5.13.0014

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA	
0000318-16.2024.5.13.0014	0000961-42.2022.5.13.0014
0001249-53.2023.5.13.0014	0001330-02.2023.5.13.0014
0000489-07.2023.5.13.0014	0000429-34.2023.5.13.0014
0000406-88.2023.5.13.0014	0000630-26.2023.5.13.0014
0000826-93.2023.5.13.0014	0000165-17.2023.5.13.0014
0001164-67.2023.5.13.0014	0000343-63.2023.5.13.0014
0000290-69.2024.5.13.0007	0000780-41.2022.5.13.0014

DESPACHOS CORREICIONAIS	
0001455-67.2023.5.13.0014	0001203-64.2023.5.13.0014
0000105-10.2024.5.13.0014	0000148-51.2023.5.13.0023



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0001161-15.2023.5.13.0014	0000009-92.2024.5.13.0014
0000148-44.2024.5.13.0014	